

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	19
I. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
1.1. Noções gerais.....	25
1.2. Normas constitucionais de defesa da moralidade administrativa.....	28
1.2.1. Constituição Imperial de 1824.....	28
1.2.2. Constituição de 1891.....	29
1.2.3. Constituição de 1934.....	29
1.2.4. Constituição de 1946.....	30
1.2.5. Constituição de 1967.....	30
1.2.6. Constituição de 1988.....	31
1.3. Normas infraconstitucionais de defesa da moralidade administrativa.....	31
1.3.1. Lei n. 3.164/57.....	31
1.3.2. Lei n. 3.502/58.....	32
1.3.3. Lei n. 4.717/65.....	34
1.3.4. Lei n. 7.347/85.....	34
1.3.5. Lei n. 8.429/92.....	36
1.4. Controle da moralidade administrativa.....	36
1.5. Conceito de improbidade administrativa.....	38
1.6. Sujeitos do ato de improbidade administrativa.....	41
1.6.1. Sujeito passivo.....	42
1.6.1.1. Administração Pública.....	43
1.6.1.1.1. Administração Pública direta.....	43
1.6.1.1.2. Administração Pública indireta.....	45
1.6.1.2. Entidades privadas.....	51
1.6.2. Sujeito ativo.....	56

1.6.2.1. Agente público	56
1.6.2.2. Agentes políticos	58
1.6.2.3. Servidores públicos	62
1.6.2.4. Particulares colaboradores	63
1.6.2.5. Terceiros	63
1.7. Atos de improbidade administrativa	65
1.7.1. Atos ímprobos que importam enriquecimento ilícito	66
1.7.1.1. Auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida	68
1.7.1.2. Receber dinheiro, bem móvel, imóvel ou vantagem econômica a título de comissão, percentagem ou gratificação	69
1.7.1.3. Perceber vantagem econômica para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou a contratação de serviços a preços superfaturados	70
1.7.1.4. Perceber vantagem econômica para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço estatal por preço subfaturado ..	71
1.7.1.5. Utilizar veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza ou o trabalho de servidores públicos para fins particulares	75
1.7.1.6. Receber vantagem ou aceitar promessa de vantagem econômica para tolerar a exploração de atividades ilícitas	76
1.7.1.7. Receber vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras ou serviços públicos, ou sobre bens e serviços fornecidos	78
1.7.1.8. Adquirir bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda	79
1.7.1.9. Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado	82
1.7.1.10. Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública	82
1.7.1.11. Receber vantagem econômica para omitir ato de ofício, providência ou declaração	83
1.7.1.12. Incorporar bens, rendas, verbas ou valores públicos ..	84
1.7.1.13. Usar bens, rendas, verbas ou valores públicos	84

1.7.2. Atos ímprobos que causam prejuízo ao erário.....	84
1.7.2.1. Qualquer ação ou omissão que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens.....	87
1.7.2.2. Facilitar ou concorrer para a incorporação ao patrimônio particular de bens, rendas, verbas ou valores públicos.....	87
1.7.2.3. Permitir ou concorrer para que alguém utilize bens, rendas, verbas ou valores pertencentes a órgãos e entidades públicas	88
1.7.2.4. Doar irregularmente bens, rendas, verbas ou valores ..	88
1.7.2.5. Permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou a prestação de serviço por parte de órgãos e entidades públicas, por preço inferior ao de mercado.....	88
1.7.2.6. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superfaturado	89
1.7.2.7. Realizar operação financeira irregular	90
1.7.2.8. Frustrar ou dispensar processo licitatório	94
1.7.2.9. Ordenar ou permitir a realização de despesas	104
1.7.2.10. Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda ou na conservação do patrimônio público.....	105
1.7.2.11. Liberar verba pública ou influir para sua aplicação irregular.....	106
1.7.2.12. Propiciar o enriquecimento ilícito de terceiro	106
1.7.2.13. Permitir a utilização de veículos, máquinas, equipamentos ou material públicos ou do trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados	107
1.7.2.14. Celebrar indevidamente instrumento sobre prestação de serviços públicos por meio da gestão associada..	108
1.7.2.15. Celebrar indevidamente contrato de rateio de consórcio público.....	109
1.7.3. Atos ímprobos que atentam contra os princípios da Administração Pública	110
1.7.3.1. Praticar qualquer ato que infrinja princípios administrativos.....	112
1.7.3.2. Praticar ato visando fim proibido ou diverso daquele previsto na regra de competência.....	121

1.7.3.3. Retardar ou deixar de praticar ato de ofício	122
1.7.3.4. Revelar fato ou circunstância que deva permanecer em segredo	122
1.7.3.5. Negar publicidade aos atos oficiais	123
1.7.3.6. Frustrar a licitude de concurso público	123
1.7.3.7. Deixar de prestar contas	125
1.7.3.8. Revelar ou permitir o conhecimento do teor de medida política ou econômica	126
1.8. Cominações legais	126
1.8.1. Cominações pela prática de atos ímprobos	128
1.8.1.1. Perda de bens	131
1.8.1.2. Ressarcimento integral do dano	132
1.8.1.3. Perda da função pública	133
1.8.1.4. Suspensão dos direitos políticos	134
1.8.1.5. Pagamento de multa civil.....	136
1.8.1.6. Proibição de contratar com o Poder Público	137
1.8.1.7. Proibição de receber benefícios fiscais ou creditícios.....	138
1.8.2. Cominações pelo não encaminhamento de declarações de bens.....	138
1.8.3. Cominações por representação injusta.....	139
1.8.4. Cumulação de cominações	140
II. INVESTIGAÇÃO E PERSECUÇÃO DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	143
2.1. Noções gerais	143
2.2. Investigação dos atos de improbidade administrativa.....	144
2.2.1. Investigação dos órgãos e entidades estatais.....	144
2.2.1.1. Instauração do procedimento administrativo	145
2.2.1.2. Instrução do procedimento administrativo	146
2.2.1.3. Julgamento administrativo.....	147
2.2.2. Investigação do Ministério Público	149
2.2.2.1. Instauração do inquérito civil ou procedimento preparatório.....	149
2.2.2.2. Instrução do inquérito civil	151

2.2.2.3. Conclusão do procedimento.....	152
2.3. Persecução judicial dos atos de improbidade administrativa	154
2.3.1. Medidas cautelares.....	155
2.3.1.1. Noções gerais	155
2.3.1.2. Classificação das medidas cautelares.....	156
2.3.1.3. Condições e requisitos da medida cautelar	157
2.3.1.4. Sentença do processo cautelar	158
2.3.1.5. Prevenção da competência.....	158
2.3.1.6. Procedimentos do processo cautelar	159
2.3.1.6.1. Medidas cautelares de proteção ao patrimônio público	161
2.4. Ação de responsabilidade civil por atos de improbidade administrativa.....	180
2.4.1. Noções gerais	180
2.4.2. Natureza jurídica da ação de improbidade administrativa.	181
2.4.3. Interesses e direitos na ação de responsabilidade civil por atos de probidade administrativa	182
2.4.3.1. Interesses e direitos materiais públicos e privados	183
2.4.3.2. Pretensões metaindividuais.....	188
2.4.4. Condições da ação civil de improbidade administrativa	195
2.4.4.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	196
2.4.4.2. Interesse processual.....	198
2.4.4.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	200
2.4.5. Competência jurisdicional	200
2.4.5.1. Critérios de determinação da competência.....	201
2.4.6. Competência internacional	210
2.4.7. Incompetência relativa e absoluta	212
2.4.8. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	212
2.4.9. Conexão e continência.....	213
2.4.10. Conflito de competência.....	214
2.4.11. Procedimento do processo.....	214
2.5. Prescrição da ação civil de improbidade administrativa	228

III. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO DA AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	232
3.1. Necessidade da cooperação internacional	232
3.2. Iniciativas internacionais contra a criminalidade transnacional ...	236
3.3. Atos que configuram crimes e improbidade administrativa	237
3.4. Elementos da cooperação jurídica internacional	242
3.4.1. Partes na cooperação jurídica internacional	242
3.4.2. Conteúdo da cooperação jurídica internacional	244
3.4.3. Forma da cooperação jurídica internacional	245
3.4.3.1. Cartas rogatórias	246
3.4.3.2. Pedido de auxílio direto	256
3.4.3.3. Homologação de sentença estrangeira	261
3.4.3.4. Comunicação espontânea	265
3.4.4. Fundamentos da cooperação jurídica internacional	266
3.4.4.1. Instrumentos multilaterais mundiais de cooperação jurídica	268
3.4.4.2. Instrumentos regionais de cooperação jurídica	277
3.4.4.3. Cooperação entre o Brasil e alguns parceiros interna- cionais	280
IV. CONCLUSÕES	303
4.1. Improbidade administrativa	303
4.2. Investigação e persecução dos atos de improbidade administrai- va	305
4.3. Cooperação jurídica internacional no processo da ação civil de improbidade administrativa	308
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	311
ANEXO (CONVENÇÃO DE MÉRIDA)	317